



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Gestão Estratégica  
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados  
Câmara Temática de Tecnologia da Informação

## ATA DE REUNIÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio do ano de 2025, às 14h00, em formato híbrido (Presencial e por meio da Plataforma Microsoft Teams), na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na Sala 214, Sala de Reuniões da SSC, Bloco F, Anexo A, Esplanada dos Ministérios, realizou-se a 6ª Reunião da Câmara Temática de Apoio à Governança de Serviços Compartilhados de Tecnologia da Informação - CTTI, sob a Presidência do Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, com o comparecimento dos membros da CTTI e demais convidados, conforme listas de presenças anexas (50895022 e 50895024).

### I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta pelo Presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, que iniciou cumprimentando os participantes e, logo após, já iniciou a apresentação da pauta com os seguintes itens:

1. Salas de Videoconferência via ColaboraGov
2. Licenciamento Microsoft via ColaboraGov
3. Manual da Ouvidoria
4. Segurança da Informação (Gestão de SI, Plano de Capacitação e ETIR)
5. Atualizações nas Contratações de TI

### II. APRESENTAÇÃO DA PAUTA

Antes de iniciar a apresentação da pauta Sra. Sued pediu a palavra para falar da pesquisa sobre o ColaboraGov. O Sr. Alisson aproveitou para solicitar a participação dos membros na pesquisa, enfatizando a importância de responder e disseminar a pesquisa entre os colaboradores dos Ministérios. O link da pesquisa foi compartilhado no chat da reunião.

#### Item 1. Salas de Videoconferência via ColaboraGov

O Presidente passou a palavra ao Sr. Alisson Neres Lindoso, Coordenador-Geral de Relacionamento em Serviços Tecnológicos, para tratar sobre a pauta de salas de videoconferência via ColaboraGov.

O Sr. Alisson Neres Lindoso iniciou explicando o funcionamento das salas de videoconferência via ColaboraGov, demonstrou o layout das salas, pequenas, médias e grandes, também destacou que do pacote de oito salas iniciais, duas salas são destinadas ao compartilhamento e que estão disponíveis para

todos os Ministérios. O Sr. Luciano Franceschi de Azevedo perguntou como funcionava a reserva dessas salas, o qual foi informado que a plataforma Poly Lens da HP faz o gerenciamento e essa solução será analisada.

Quanto ao licenciamento Microsoft via ColaboraGov, Sr. Alisson destacou a necessidade de homologação técnica e de segurança do contrato de licenciamento de software da Microsoft via ColaboraGov, bem como ressaltou a economicidade que esse contrato apresenta.

### **Item 2. Licenciamento Microsoft via ColaboraGov**

O Sr. Alisson Neres Lindoso apresentou as licenças consideradas em primeira ordem de serviço, explicando que tem software licenciado e não licenciado e as suas distinções estão no catálogo. Informou que houve um trabalho de levantamento quantitativo, demonstrando uma tabela com os códigos da Microsoft que corresponde a 3/4 dos itens do contrato. Também aproveitou para pedir desculpas pelas demandas retidas e informou que novas ordens de serviço serão emitidas em breve.

### **Item 3. Manual da Ouvidoria**

O Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, atendendo o pedido realizado em outros colegiados, apresentou o guia para tratamento de demandas de ouvidoria do ColaboraGov, explicando que o documento estabelece protocolos internos para encaminhamento e tratamento de demandas. O Sr. Luciano Franceschi de Azevedo perguntou sobre o propósito/foco desse documento, o Diretor de Tecnologia da Informação explicou que o documento estabelece um protocolo para os casos em que a informação será tratada pelo MGI ou por outro Ministério do ColaboraGov. O link de acesso ao guia foi disponibilizado no chat da reunião.

### **Item 4. Segurança da Informação (Gestão de SI, Plano de Capacitação e ETIR)**

O Sr. Rogério Gabriel Nogalha informou sobre o tratamento da minuta do normativo que foi encaminhada ao grupo técnico para tratar a gestão da segurança da informação no ColaboraGov. Mencionou que recebeu contribuições do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMPE e do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços - MDIC, e informou que os ajustes foram realizados e que o documento será submetido à avaliação jurídica, para posterior submeter para aprovação do CGDSI, assinatura dos membros e publicação.

Também apresentou o plano de comunicação e de capacitação em segurança da informação, que foi aprovado na 3ª Reunião Ordinária do CGDSI, para um período de vinte e quatro meses, iniciando em janeiro de 2025, com uma campanha de 6 meses, com quatro ciclos, contando com o apoio da comunicação da secretaria de serviços compartilhados. A campanha abrange o MGI e órgãos do ColaboraGov, e apresenta o Slogan "Informação: proteger é da sua conta", cada início de mês inicia uma nova campanha com envio do material por meio dos canais WhatsApp (Seg), Mural (Qua) e E-notícias (Sex).

Sr. Rogério Gabriel Nogalha solicitou que a Sr. Sued complementasse sobre o tema, a qual demonstrou os temas tratados ao longo da campanha, também falou que o intuito da campanha é conscientizar os colaboradores de como está estruturada a segurança da informação no órgão, citou os temas tratados na campanha que iniciou em janeiro e vai até junho: Comitê interno de Segurança da Informação, Gestor de Segurança da Informação, Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI, Pensando sobre backup: um atraso ou um aliado, Acesso Seguro: controles que fazem a diferença e Correio Eletrônico: como mantê-lo seguro. No segundo semestre será tratado temas nesse mesmo formato, mas o assunto será sobre Segurança da Informação na Administração Pública, com temas como Plano Nacional de Segurança da Informação, GSI e normativos, e que será reforçado um pouco mais sobre o PPSI e temas similares.

Sobre a Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR), a Sra. Sued falou da importância de trazer esse tema ao grupo, porque foi uma dúvida do Ministério da Fazenda que surgiu sobre a legislação vigente sobre o tema. Dessa forma, aproveitou para falar que o MGI está finalizando a

revisão do seu normativo de ETIR, mas não possui competência para direcionar os órgãos nessa temática, de modo que a orientação e as diretrizes sobre o tema devem partir dos órgãos de referência que são o GSI, CISC e SGD.

Também falou que a legislação está na política nacional e nos normativos do GSI. Aproveitou para pontuar sobre o CISC que ele possui um serviço de implantação de ETIR, disponibilizando o link para que todos possam conhecer e ter apoio no planejamento, implementação e operação de equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos nos órgãos e entidades. Mencionou sobre a necessidade de alguns órgão ter várias ETIR, o que gera muitas dúvidas de haver vários centros de segurança da informação, nesse sentido foi colocado como estratégia o estudo da Portaria nº 5.827, DE 18 DE MAIO DE 2021 (Aprova a estrutura do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do Ministério da Economia), que vai ser revogada, porque para o MGI não faz sentido, mais ela serve de modelo para quem quiser estruturar sua ETIR.

O Sr. Luciano informou que o MEMP construiu a ETIR utilizando as informações que tem no CISC, e que a norma já foi publicada, disponibilizou o link da publicação para servir de referência. Sr. Danilo no sentido de também colaborar informou que a ETIR do MDIC já está quase pronta e que foi observado o modelo do MEMP. O Sr. Daniel aproveitou o momento para também informar que no MPS foi instituída a ETIR pelo Ministro e já está em ação.

### Item 5. Atualizações nas Contratações de TI

O Sr. Sebastião iniciou apresentando as atuais planejamentos de contratações, demonstrou um dashboard que projetiza as contratações desde 2023, demonstrando que, do total de 33 projetos, 17 estão em andamento. Também destacou o cronograma trimestral para aquisição de dispositivos e serviços de TI. Mencionou que a contratação de serviços de computação em nuvem está em fase de consulta e que o processo está fora da DTI. O Sr. Goudim perguntou sobre a substituição do contrato com a First Decision e o Sr. Rogério explicou que está em estudo uma nova contratação nos moldes do contrato atual, mas que o contrato vigente será mantido até fevereiro de 2027. O Sr. Olimpio também surgiu com uma dúvida sobre a contratação de nuvem 3.0, se haverá notificação aos órgãos. Foi respondido pelo Sebastião que algumas informações estão sendo levantadas, que a IRP foi prorrogada e que vai ser alinhado internamente como se dará essa comunicação.

Sebastião comunicou que encaminhou uma agenda para tratar de algumas demandas de Infraestrutura, principalmente para levantamento de interesses e que conta com a participação dos colaboradores.

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizado todos os pontos da pauta, o Presidente agradeceu a participação de todos colocando a Diretoria à disposição para ajudá-los no que precisarem.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata por Marilda Rohod, da equipe da secretaria-executiva da CTTI, que após aprovada, será assinada eletronicamente pelo presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, e disponibilizada no portal do MGI.

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
----	-------	----------------------	----------------------	---	-------

	[nome e sigla do órgão]	[informar "1" para presença do titular ou "0" para ausência]	[informar "1" para presença do suplente ou "0" para ausência]	[somatório das pessoas convidadas ou participantes adicionais por órgão]	[somatório das pessoas presentes por órgão]
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI	1	1	6	8
2	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	1	1	1	3
3	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC	1	0	0	1
4	Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	0	1	0	1
5	Ministério da Fazenda – MF	0	1	1	2
6	Ministério da Igualdade Racial – MIR	0	1	0	1
7	Ministério do Esporte – MESP	1	0	0	1
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP	1	1	0	2
9	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	0	1	0	1
10	Ministério das Mulheres – MM	0	0	0	0
11	Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR	0	0	0	0
12	Ministério da Previdência Social – MPS	1	1	0	2
13	Ministério do Turismo – MTUR	1	1	0	2
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>24</b>

<b>Quórum de instalação da reunião</b>	<b>11 membros</b>	<b>11/13 = 85%</b>
--	-------------------	--------------------

<b>Quórum de deliberação da reunião</b>	<b>11 membros</b>	<b>11/13 = 85%</b>
---	-------------------	--------------------



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Rohod, Coordenador(a)**, em 02/06/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor(a)**, em 02/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50895025** e o código CRC **1E3D0EB6**.

---

**Referência:** Processo nº 19962.000390/2025-34

SEI nº 50895025